

16 ABR 1989

Plano Brady Dívida ext. poupará só

1% do PIB

O Plano Brady, na melhor das hipóteses permitiria daqui a dois ou três anos que o Brasil economize ao ano 1% do PIB em remessas ao exterior, ou US\$ 3 bilhões, o que pode ser neutralizado se houver aumento das taxas de juros. Esta conta foi feita no debate pelo professor Mário Henrique Simonsen. Mesmo convencido de que o plano de redução de dívida proposto pelo governo americano "é uma mudança política de 180 graus" o ex-ministro da Fazenda quer que se atente para o problema de escala. "Precisamos saber que números podemos pretender".

E aparentemente o que o Brasil pode pretender é bem menos do que parece a primeira vista. "O Plano Brady não é uma panacéia" alerta o professor construindo o seguinte raciocínio: "Ninguém falou até agora de redução da dívida com os organismos internacionais de crédito. A dívida oficial com o FMI, Banco Mundial e Clube de Paris, que é da ordem de US\$ 27 bilhões, não é sujeita a redução. Tem uma segunda dívida que, evidentemente, também não é passível de redução e diz respeito aos créditos comerciais (operações de 30 até 180 dias que sustentam as exportações e importações brasileiras. Somado com o interbancário, o curto prazo é de US\$ 15 bilhões). Existe ainda uma terceira dívida que é até passível de redução, mas que seria um problema para nós, que é o débito do Brasil com as agências do Banco do Brasil no exterior. Nossa maior dívida não é com o Citicorp, mas com o Banco do Brasil. Se nos interessa ou não reduzir esta dívida é outra discussão mas de qualquer jeito vai sair do nosso bolso. Diante disso só resta, para aplicar os mecanismos de redução, a

DO BRASIL

dívida bancária de longo prazo que é de US\$ 62 bilhões".

16 ABR 1989

Simonsen acha que são realistas as estimativas do ministro Maílson da Nóbrega de que em dois ou três anos essa dívida possa ser reduzida à metade. Mas isto significa comprar com deságio e abater créditos no valor de US\$ 30 bilhões. "Vamos supor que daqui a dois anos já temos quitado US\$ 30 bilhões, o que acho factível. O problema é o seguinte: o que efetivamente pouparamos? O número impressiona, mas como esta dívida está escalonada a perder de vista, o que a gente está poupano são os juros de mais ou menos US\$ 3 bilhões. É ótimo. Só que é menos de 1% do PIB".

E esses US\$ 30 bilhões que é o máximo que se pode abater na parte da dívida que é passível de redução é mais ou menos o que foi acrescido ao nosso débito pela política dos juros altos dos Estados Unidos no começo dos anos 80, como lembrou Simonsen. "Na verdade, os mecanismos do Plano Brady já existiam, os países podiam diminuir a dívida comprando com reservas seus títulos no mercado secundário. A novidade é que agora é permitido que os países tomem dinheiro emprestado no FMI e no Banco Mundial para fazer esta mesma operação".

O professor Simonsen, que esteve recentemente participando de um seminário com outros banqueiros em Amsterdã, acha que há um nó na questão do Plano Brady. "Até que ponto será possível ter recursos oficiais para o mecanismo de redução?" E neste ponto há uma divisão entre os países ricos. Japão, Estados Unidos e França estão a favor de que haja mais recursos oficiais. A Holanda pensa o contrário e o ministro holandês Ono Puding é definido por Simonsen como um "linha dura". É preciso portanto que os países industrializados entrem em um acordo a respeito do assunto.